

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo

O Brasil desistiu de colocar seu futuro no papel

Enquanto a China divulga ao mundo seus planos quinquenais e os Estados Unidos formulam documentos estratégicos para preservar sua liderança tecnológica, industrial e militar, o Brasil entra em mais uma eleição nacional praticamente sem discutir um projeto de país. Não há metas compartilhadas de longo prazo, prioridades nacionais claramente definidas ou compromisso político explícito com reformas estruturais capazes de transformar o potencial brasileiro em prosperidade concreta.

Talvez essa seja hoje uma das diferenças mais profundas entre as grandes nações do século XXI: algumas organizam o futuro; outras apenas administram a disputa pelo poder.

É importante compreender que os planos quinquenais chineses já não são planos socialistas clássicos, nos moldes soviéticos do século passado. A China os transformou em plataformas capitalistas de desenvolvimento nacional, voltadas à competitividade, produtividade, inovação e modernização permanente. Planejam infraestrutura, logística, inteligência artificial, semicondutores, urbanização, energia, indústria avançada, educação técnica e ambiente de negócios. Funcionam como mecanismos de coordenação entre Estado, mercado, universidades, bancos, províncias, municípios e empresas privadas.

A China compreendeu algo decisivo: o desenvolvimento não acontece espontaneamente. O atual plano chinês projeta autossuficiência tecnológica, fortalecimento do consumo interno, modernização industrial e liderança global até 2049. Mas existe um elemento ainda mais importante por trás dessa estratégia: a elevação do padrão de vida da população. O grande objetivo chinês não é apenas crescer; é formar uma gigantesca classe média urbana, capaz de sustentar estabilidade social, consumo interno e projeção geopolítica.

Não por acaso, a China retirou cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza nas últimas décadas,

no maior processo de ascensão social da história contemporânea.

Os Estados Unidos, embora organizados de maneira completamente distinta, também têm no fortalecimento de sua classe média um objetivo central. Grande parte do debate econômico americano atual gira em torno da reindustrialização, da recuperação de cadeias produtivas, da segurança econômica e da tentativa de reconstruir uma prosperidade mais distribuída, depois de décadas de concentração de renda e financeirização excessiva.

Não é coincidência que cerca de 70% do PIB americano venha do consumo das famílias. A força americana sempre esteve associada à capacidade de transformar produtividade em poder de compra, estabilidade e patrimônio para sua classe média.

A Europa do pós-guerra foi construída sobre o mesmo pacto. A Ásia emergente também. Classe média não é consequência automática do crescimento. É projeto nacional. E o Brasil?

O Brasil talvez seja uma das poucas grandes economias do mundo sem um plano nacional minimamente organizado e apresentado à sociedade. Não existe um “Brasil por escrito”. Não há um documento que organize metas de curto, médio e longo prazo para produtividade, infraestrutura, educação técnica, segurança pública, ambiente de negócios, inovação tecnológica ou formação de riqueza nacional. O que existe é a disputa permanente pelo poder.

Entraremos novamente em eleições nacionais e estaduais sem praticamente nenhum candidato disposto a apresentar reformas claras, metas objetivas e, sobretudo, disposição explícita para pagar o preço político necessário para reorganizar o país em torno da formação de uma verdadeira classe média brasileira. E talvez esse seja o aspecto mais preocupante de todos: isso passou a ser aceito com naturalidade.

Aceitou-se tacitamente que o Brasil pode continuar atravessando eleições sucessivas discutindo apenas rejeições, escândalos, marketing emocional e destruição biográfica. Discutem-se nomes. Discute-se pouco o Brasil.

Mesmo assim, quando houve direção, o país avançou. O Plano Real reorganizou a economia. As

reformas de Fernando Henrique Cardoso estabeleceram a moeda e modernizaram instituições fundamentais. O governo de Michel Temer formulou a última agenda coerente de reorganização estrutural do país, com teto de gastos, reforma trabalhista, governança das estatais e a “Ponte para o Futuro”, concebida como plataforma de produtividade, responsabilidade fiscal e retomada da confiança.

Mas o Brasil não conseguiu transformar reformas em continuidade histórica. E isso ocorre justamente quando o país reúne ativos extraordinários: um dos maiores superávits comerciais do planeta, enorme recepção de capital estrangeiro, liderança em energia, agro, alimentos, biodiversidade e um mercado interno continental. O mundo atravessa uma gigantesca transformação geopolítica e tecnológica, capaz de abrir oportunidades inéditas em saúde, educação, inteligência artificial, energia, logística, turismo, infraestrutura e produtividade.

Poucos países estão tão bem posicionados para crescer quanto o Brasil. Ainda assim, o país não consegue converter plenamente esse potencial em investimento produtivo e prosperidade disseminada.

O Brasil constrói milhões de páginas de decretos, normas, conflitos judiciais e burocracias que dificultam investimentos e produtividade. Produz milhões de páginas de brigas personalistas nas redes sociais e nos embates políticos diários. Mas não consegue construir mil páginas de um plano concreto de país.

Talvez a maior tragédia brasileira contemporânea seja justamente essa desistência tácita, não apenas dos governos, mas também de parte das elites políticas, econômicas e intelectuais, que passaram a aceitar como inevitável a ausência de um projeto nacional. Como se o Brasil tivesse desistido de botar seu futuro no papel.

Mas países grandes não sobrevivem indefinidamente sem direção. E a verdadeira pergunta que esta eleição deveria responder é simples: quem terá coragem de dizer ao Brasil, com clareza, quais reformas precisam ser feitas, quais sacrifícios precisam ser enfrentados e qual país queremos construir para que as famílias brasileiras finalmente possam viver em um futuro que esteja escrito, e não apenas improvisado?

LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL

Vice-presidente do IBPT

Quando o Estado passa a exigir governança e cria mercado para quem sabe entregá-la

Se até aqui a Reforma Tributária pode ser lida como um processo de aumento da complexidade normativa, é na Lei Complementar nº 225 que se revela com maior nitidez o novo modelo mental do Estado brasileiro em matéria tributária. Os programas: CONFIA e SINTONIA não são instrumentos periféricos do sistema; eles são o seu verdadeiro eixo operacional.

A LC 225 institucionaliza, de forma expressa, a transição do paradigma repressivo para um modelo de conformidade cooperativa, no qual o foco deixa de ser apenas a cobrança do passado e passa a ser a gestão do comportamento futuro do contribuinte. Nesse modelo, governança não é recomendação, mas, é requisito.

O Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (CONFIA) é estruturado sobre premissas que evidenciam essa mudança. A adesão voluntária pressupõe, entre outros pontos, a existência de estrutura formal de governança tributária, sistemas de controle interno, gestão de riscos, documentação de processos decisórios

e capacidade de transparência contínua. Não se trata de cumprir a lei de forma pontual, mas de demonstrar capacidade permanente de cumprimento.

Já o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (SINTONIA) opera como um sistema de classificação reputacional do contribuinte, com base em critérios objetivos de regularidade cadastral, tempestividade no cumprimento das obrigações, consistência das informações prestadas e histórico de comportamento fiscal.

O contribuinte passa a ser ranqueado, e esse ranqueamento produz efeitos concretos: prioridade em restituições, tratamento diferenciado em procedimentos fiscais, facilitação de interações e, sobretudo, melhor posição negocial frente ao Fisco.

Esse ponto é crucial. O Estado deixa de tratar todos os contribuintes como iguais e passa a operar com uma lógica de segmentação por risco e confiabilidade. Quem demonstra organização, previsibilidade e boa-fé cooperativa acessa benefícios sistêmicos. Quem não demonstra, mesmo que não seja fraudador, passa a ser tratado como potencial problema.

A esmagadora maioria das empresas brasileiras não possui governança tributária estruturada. Possui cumprimento operacional, muitas vezes reativo, fragmentado entre departamentos e prestadores de serviço. Esse modelo, que já era insuficiente no sistema anterior, torna-se francamente perigoso no novo ambiente normativo.

CONFIA e SINTONIA exigem um mapeamento de

riscos tributários, a padronização de procedimentos, registro e justificativa de decisões fiscais relevantes, integração entre áreas jurídica, contábil, financeira e estratégica. Além, também, da leitura contínua da legislação e de seus impactos econômicos.

Nada disso é entregue por obrigações acessórias isoladas ou por atuações pontuais. Trata-se de serviço estruturado, recorrente e de alto valor agregado. Trata-se, em essência, de Governança Tributária.

E é exatamente nesse ponto que se materializa a tese da década de diamante. O legislador criou um sistema que precisa de intermediários qualificados para funcionar. O empresário não tem e, nem deveria ter, condições de estruturar sozinho esse nível de conformidade. O Estado, por sua vez, sinaliza claramente que recompensará quem investir nisso.

Onde há exigência normativa contínua, há mercado contínuo. Onde há classificação de risco, há incentivo econômico à boa classificação. Onde há incentivo econômico, há espaço para profissionais que saibam traduzir norma em estrutura e estrutura em vantagem competitiva.

CONFIA e SINTONIA não são, portanto, apenas programas fiscais. Eles são mecanismos de redistribuição de oportunidades profissionais. Aqueles que compreenderem isso cedo ocuparão posição privilegiada na próxima década. Os demais assistirão, à margem, à consolidação de um mercado que não espera mais imprevisto.